

O Legado em Ruínas. O “Porto Maravilha”, o Parque Olímpico representam ruínas do presente? ¹

Angelo Duarte ²

Universidade do Estado Rio de Janeiro

RESUMO

O presente texto apresenta ruínas deixadas como legado dos megaeventos realizados na Cidade do Rio de Janeiro nos últimos cinco anos. Em artigo publicado na Revista Eco Pós, volume 21, número 3, Ricardo Freitas lembra que “os gestores das metrópoles tentam resgatar espaços públicos, outrora desgastados, para divulgá-los como lugares atraentes e portadores de atributos próprios. Um exemplo claro dessa estratégia é a transformação do Porto do Rio de Janeiro em Porto Maravilha”. A revitalização do Porto foi vendida para atrair investidores e turistas para o megaevento Rio2016. O Parque Olímpico usado durante os Jogos, está em desuso. A política no Estado do Rio encarcerada. Massimo Canevacci escreveu em A Cidade Polifônica: ensaio sobre antropologia da comunicação urbana, que o destino de toda obra arquitetônica é o de acabar em ruínas. (CANEVACCI, p. 203, 1993). Ruínas?

PALAVRAS-CHAVE: ruína; cidade; legado; olímpico; Rio de Janeiro

Introdução

Ruínas do presente pretende abordar como as representações de requalificação do espaço urbano dizem respeito às novas imagens e discursos sobre a cidade do Rio de Janeiro, nos períodos que compreendem os preparativos para a Rio 2016. A pesquisa, em desenvolvimento no PPGCOM/UERJ, orientada pelo professor Ricardo Freitas, visa mostrar as contradições do discurso propagado pelos meios de comunicação sobre o legado olímpico e os benefícios das parcerias público privadas, apontando as crises de ocupação do Porto Maravilha, do Parque Olímpico e as consequências da política no Estado, onde, por exemplo, dois ex-governadores estão presos, Luiz Fernando Pezão e Sergio Cabral acusados de desvio de dinheiro público e corrupção, entre outros políticos que sempre apoiavam nas instâncias do legislativo. Enquanto que os equipamentos destinados para a realização da Rio 2016, que custaram aos cofres públicos mais de 2 bilhões de reais, três anos depois da realização dos jogos, o Parque Olímpico está sem uso e com problemas de conservação.

A metodologia empregada na pesquisa seleciona reportagens publicadas no jornal O Globo, durante as obras da reforma do Porto e do Parque Olímpico. Analisa textos, artigos e publicações críticas sobre Cidade, megaeventos e política. A minha experiência

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UERJ. Professor no curso de Produção Audiovisual da Faetec/RJ. E-mail: angeloamd@gmail.com

de 20 anos como repórter fotográfico também traz fotografias para ilustrar o que chamo de ruínas. As fotos que vão compor o trabalho não são de escombros, restos de obras, ou ruínas, mas os novos mobiliários do *boulevard* olímpico, seus prédios espelhados, a promessa do legado, nas sete arenas abandonadas do Parque Olímpico.

O Porto Maravilha em ruínas?

Um certo estranhamento é possível surgir, num primeiro momento desta pesquisa, quanto ao objeto estudado e, ao mesmo tempo, designando como ruína algo que apareceu nos meios de comunicação banhado de cores e sucesso promissor, o “Porto Maravilha”, apelidado de *Boulevard* Olímpico etc. Na coleta de dados publicados pela imprensa, ainda em andamento, só observamos no período da Rio2016, em sua maioria, notícias que ajudam a qualificar o megaevento. Não foi diferente na região portuária. Após os 17 dias da realização dos Jogos Olímpicos, sites como o G1 postavam matérias que repercutiam o sucesso da Rio2016, a Riotur entusiasmava-se dizendo que o *Boulevard* Olímpico recebeu um público de 4 milhões de visitantes nos “*lives sites*”. O principal deles foi montado no Porto, na Praça Mauá, que virou o ponto de encontro e de diversão que atraiu o maior número de visitantes. Os outros ficavam no Parque Madureira, zona Norte, e no Centro Esportivo Miécimo da Silva, em Campo Grande, na zona Oeste. Nestes locais, nos telões com imagens da GloboSat, foram transmitidos mais de 100 horas de competições. Mesmo no recesso, entre o final da Rio2016 e o início da Paraolimpíada, a Prefeitura do Rio manteve as atrações. Foi possível assistir apresentações de bandas de música, oferta de locais para lanches e vendas de bebidas, claro que com preços pra lá de olímpicos, um lanche, não saía por menos de 30 reais, uma cerveja custava 8 e refrigerantes e água por 7 reais. O ministro dos esportes, Leonardo Picciani, afirmara na reportagem que o *Boulevard* Olímpico, Orla Conde, ficou entre as preferências dos turistas, diante dos pontos turísticos da Cidade à frente da praia de Copacabana e do Cristo Redentor. Afirmou na mesma reportagem, publicada no dia 21 de agosto de 2016, que: “isso mostra que tivemos como legado a requalificação da região portuária e da Praça Mauá, que era uma área esquecida e degradada da Cidade”, explicou.

Em 3 de fevereiro de 2013, quando foi retirada a primeira viga de aço da Avenida Perimetral, na altura de onde fica o desativado prédio do Moinho Fluminense, inicia-se o Projeto Porto Maravilha. O local apresenta um passeio público desde o Armazém 8 do Cais do Porto até a Praça XV. Uma praça foi aberta em frente à Candelária e ao Centro Cultural Banco do Brasil. É possível caminhar ou pedalar da Zona Sul até à Região Portuária, dependendo da disposição de quem quiser enfrentar trechos de ciclovias e ou

ciclo-faixa com calçamento ruim. Três anos depois, no dia 7 de maio de 2016 foi inaugurada o *Boulevard* da Orla da Guanabara Luiz Paulo Conde, com 1 km de extensão e mais 57 mil metros quadrados. Foram entregues dois novos museus, o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio, parceria público-privada, Estado e Organizações Globo.

A nomeação Orla Conde, proposta pelo então prefeito Eduardo Paes (2008-2016) que fez assim, uma homenagem ao amigo ex-prefeito, o arquiteto e urbanista Luiz Paulo Conde, que quando assumiu a prefeitura, no período de 1997 a 2001, não escondia o desejo de realizar na cidade os Jogos Olímpicos de 2004. No ano de 1996, a Cidade do Rio de Janeiro apresentou a sua candidatura para os Jogos Olímpicos de 2004, que foram realizados na Grécia.

Embora a proposta não tenha sido vitoriosa, foi a primeira de uma série de tentativas recentes para desenvolver grandes projetos urbanos, isto é, intervenções de grande porte significativo, capazes de polarizar atividades econômicas – em especial as relacionadas ao setor imobiliário – e, assim, contribuir para reestruturar o território (NOVAIS, 2016, p. 70).

A Orla Conde também recebeu o transporte sobre trilhos, o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), um bonde elétrico, que quando sinaliza que está chegando, usa o mesmo som dos bondes do século XIX. O sistema opera com duas linhas, a terceira e última está pronta, ligando a Central do Brasil ao Aeroporto Santos Dumont, mas não funciona porque a concessionária espera pagamento de dívidas da Prefeitura.

O atual Porto Maravilha, como dito antes, foi fruto de uma Parceria Público Privada, que envolveu, entre outras obras, a reconstrução das redes urbanas e a implantação de um sistema de mobilidade que reestrutura a área e modifica sua relação com a aproximação do Centro. Foi uma transformação radical, principalmente depois de por abaixo o viaduto da Perimetral. Estima-se que foram gastos mais de R\$ 5 bilhões. Ao todo, sete bairros da localidade ficaram cercados por tapumes e muita poeira. Um dos projetos mais polêmicos foi a construção do teleférico do Morro da Providência, os valores chegam a R\$ 75 milhões, só funcionou durante os Jogos. No momento está parado. Mais de 140 residências foram destruídas no local para a construção do mesmo.

No livro *História das Ruas do Rio*, de Brasil Gerson, editora Bem-te-vi, 2013, o autor aponta que as primeiras Docas do Rio foram projetadas em meados do século XIX. Momento em que o Brasil tinha grandes exportações de café, na cidade de Santos, em São Paulo, seu porto também recebeu uma nova roupagem, local historicamente

conhecido por sua produção cafeeira. No Rio de Janeiro, vários projetos apareceram, entre eles, o do engenheiro André Rebouças, que em proporções reduzidas, assentou um Armazém (sem o uso de mãos escravas), na zona da Saúde, para ser explorado por uma companhia de sua própria direção, em 1889.

Em 1908, na Presidência de Afonso Pena, o projeto para o porto na Praça Mauá obteve o empréstimo de um banco inglês, a quantia de 8.500,000 Libras. O primeiro a desembarcar nele será Lauro Müller, ministro da Viação do então ex-presidente Rodrigues Alves. Lauro Müller trabalhou também com o prefeito Pereira Passos. As primeiras Docas do Rio de Janeiro foram construídas no meio do século XIX.

O Porto/Cais sempre esteve naquela localidade, como podemos ver na história do Cais do Valongo, depois Cais da Imperatriz, reformado para receber a futura esposa de D. Pedro II.

O Morro da Providência, local de grande relevância histórica, considerada a favela mais antiga do Rio de Janeiro, recebeu na administração de Eduardo Paes, um teleférico – que está parado – sua população parece sofrer com o enobrecimento do entorno. Vale lembrar, que o cemitério dos Pretos Novos, redescoberto no início dos anos 1990, na Gamboa, quando foram feitas as primeiras investigações arqueológicas do sítio.

Em 2014, durante as obras do VLT, foram encontradas mais ossadas de esqueleto humano e, inclusive um inteiro. O local foi destinado para enterrar escravizados que não resistiram a travessia atlântica, nos séculos XVIII, XIX. Agora, na vizinhança perto da praça da Harmonia, está o atualmente reconhecido o Instituto Pretos Novos.

Entre os prédios espelhados e reluzentes, chama muito a atenção um empreendimento chamado *Áqwa Coporate*, que ocupa uma área de 134 mil metros quadrados. Está, ainda hoje, com bastante oferta de locação. Passa por ele a linha dois do VLT. Sua vista de Baía de Guanabara parece deslumbrante, ao mesmo tempo, no lado oposto, ele cobre o morro da Providência e a Cidade do Samba, local destinado para os barracões das agremiações de samba do Rio. Além deste prédio, mais dois empreendimentos espelhados, um de frente para o outro, nas imediações do Cais da Imperatriz. Dois prédios de aproximadamente 20 andares, em um a rede de cosméticos L'Óreal, ocupa oito andares, no outro a Casa Granada usa cinco pisos, do restante dos andares.

Nas palavras de Carlos Vainer, assim vem sendo a tônica dos administradores despidos da “velha política” e, que incorporam executivos de sucesso, sem discussões e participação efetiva da sociedade civil ou representantes da Câmara dos Vereadores.

As consultorias internacionais começam a ser contratadas no Rio de Janeiro desde a primeira gestão do prefeito César Maia, que foi eleito por três mandatos (1993-1996, 2000-2004 e 2005-2009), totalizando 12 anos como prefeito. Na sua segunda gestão, contratou o escritório catalão para “ensinar” como administrar uma Cidade e vencer a concorrência para adquirir investimentos, atrair a realização dos megaeventos e receber muitos turistas. Em 2007, o Rio de Janeiro sediou os Jogos Panamericanos. Na sua última gestão foram construídos os seguintes equipamentos esportivos: o Parque Aquático Maria Lenk, o Estádio Olímpico Nilton Santos, apelidado de Engenhão, o primeiro velódromo municipal do Rio, a Arena HSBC, depois privatizada e a Cidade das Artes.

O Rio de Janeiro sempre teve olhos de engenheiros, arquitetos e sanitaristas para impor modelos copiados de “cidades exemplares” como Paris ou Buenos Aires, desde o início do século XIX.

O prefeito do “bota abaixo”, Francisco Pereira Passos, engenheiro civil, formado em 1856 na Escola Militar (depois, Escola Politécnica da Universidade do Brasil), onde hoje, fica o prédio do Instituto Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, no Largo de São Francisco. Seus estudos continuaram em Paris, França. Acompanhou a reforma urbana promovida por Georges-Eugène Haussmann.

Pereira Passos estudou urbanismo e a implantação dos meios de transporte. De volta ao país, em 1860, dedica-se à construção e expansão da malha ferroviária brasileira. Participou da construção da ferrovia Santos-Jundiaí, do prolongamento da Estrada de Ferro Dom Pedro II até o Rio São Francisco, a Estrada de Ferro Rio-Petrópolis e, também, a primeira estrada turística do país, a Estrada de Ferro do Corcovado. Foi consultor técnico do Ministério da Agricultura e Obras Públicas, em 1870. Era inspetor do Governo Imperial, onde trabalhou com Visconde de Mauá. Acompanhou todas as obras do último período de Dom Pedro II. Integrou a comissão que iria apresentar o plano de reformulação urbana da Capital, incluindo o alargamento de ruas, construção de grandes avenidas, canalizações de rios entre outras medidas urbanas e sanitárias. O levantamento do plano realizado entre 1875 a 1876, seria a base do plano diretor da Cidade do Rio de Janeiro, só posto em prática na sua administração, como prefeito nomeado pelo presidente Rodrigues Alves, no período de 1902 até 1906.

Para o historiador e professor Robert Pechman, do IPPUR/UFRJ, desde o século XIX, a cidade do Rio de Janeiro é objeto de análise dos mais diferentes tipos de observadores. Todos têm seus olhos voltados para o espaço urbano carioca. A reforma urbana de Passos, na virada do século, vai por abaixo os aspectos de uma cidade colonial, como por exemplo, calçamento remendado, prédios sujos, gente de pés no chão etc.

A reconstrução da imagem da cidade deve ser vista a partir do habilidoso esforço de revelação e ocultamento operado, tanto pelas imagens reais (cenários, paisagens de rua) quanto pelas imagens metafóricas (imagens da literatura, da medicina, da engenharia, dos postais, fotografias, etc, produzidas como conhecimento sobre a cidade), no sentido de dar ao Rio de Janeiro características de cidade moderna, racional, desenvolvida, organizada, à imagem das grandes capitais europeias que simbolizavam os novos tempos da burguesia (PECHAMN, 1994, p.77).

As últimas administrações municipais do Rio de Janeiro, do período de 1993 até 2016, mostram a manutenção, no essencial, as mesmas orientações, formas e retóricas. A realização dos Jogos Olímpicos de 2016 consolida o que afirmou o professor titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regioal, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), Carlos Vainer: “A realização dos Jogos expressa também a consolidação de uma nova coalizão de poder local, que embora submetida a dissidências, se inaugurou e se confrontou sob a égide do prefeito César Maia. Momento simbólico, senão fundador, dessa concepção foi, certamente, a elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, levada a cabo em 1993 e 1994” (VAINER, 2011, p.19).

Se a reforma Pereira Passos pode ser compreendida como a consolidação da vontade de uma elite governante, que desejou a transformação de uma Cidade Colonial em uma Cidade Moderna, limpa e arejada, a realização de megaeventos midiáticos é também a realização das práticas políticas e de alianças globais que se mostram em administrações de direita ou de esquerda, um modelo hegemônico de cidade e planejamento urbano. A Cidade do Rio de Janeiro contou com uma coalizão tanto de esquerda quanto de direita. Foi em 2010, que os mesmos catalães retornam para fazer da Cidade Maravilhosa uma Barcelona, nas palavras de Vainer.

Rio de Janeiro, Cidade Maravilhosa. Uma marca, um local para negócios e uma radical negação da cidade enquanto espaço político. As ações da prefeitura no Porto Maravilha, com parcerias público privada são reflexos das coalizões administrativas atuais. O Porto foi reconfigurado na intenção de atrair negócios imobiliários e “vender” para a opinião pública, um modelo de gestão global e empresarial. A atual prefeitura de

Marcelo Crivella, eleito em 2016, abandona o Porto Maravilha de Eduardo Paes, Cabral e Lula. Os negócios, no presente, não saem do lugar, existem sinais de abandono e ruínas. Em 2018, um levantamento feito pela Apsa, empresa de gestão condominial, aponta que 80% dos imóveis estão desocupados, é o que mostra uma reportagem do jornal O Dia, de maio de 2018. Entre 2012 e 2016, 10 hotéis de pequeno e grande porte se instalaram ali. Hoje, após os jogos, a taxa de ocupação é menor do que 50%. Edifícios espelhados de alto padrão ainda não atraem investidores. Uma área fantasma? Ruínas do Presente?

Parque Olímpico de Jacarepaguá, um legado abandonado.

O Parque Olímpico é um complexo esportivo e de lazer, localizado em Jacarepaguá, zona Oeste, da Cidade do Rio de Janeiro. Nele estão situadas as três Arenas Cariocas, o Centro Olímpico de Tênis, o Velódromo, a Arena Olímpica do Rio e o Parque Aquático Maria Lenk, usado e construído para os Jogos Pan-Americanos de 2007. O local, com 118 hectares de área, foi construído sobre o antigo Autódromo Internacional Nelson Piquet, que havia sido modificado para a criação da Cidade dos Esportes e os Jogos Pan-Americanos, de 2007. A construção do Parque Olímpico começou em 2012 e foi entregue em 2016 para a realização dos Jogos Olímpicos. O Autódromo foi posto abaixo e, como isso, em um processo nada democrático e de gentrificação foram removidos os moradores da Vila Autódromo, uma comunidade que existia desde o início da década de 80. O Autódromo foi sede de corridas da Fórmula 1, realizando mais de 7 anos de provas automobilísticas, entre outras, o Moto GP.

O principal local das competições foi fruto da segunda parceria público-privada feita na modalidade de concessão administrativa na Cidade, sendo a primeira a Operação Urbana Consorciada da Zona Portuária da Cidade, Porto Maravilha. Através de parcerias público-privadas, a região da Barra da Tijuca concentrou grande parte dos investimentos para a realização da Rio 2016. A licitação da área pública, ocupada pelo Autódromo de Jacarepaguá foi disputada pelo consórcio Rio Mais, formado pela Odebrecht Infraestrutura e as empresas Carvalho Hosken e Andrade Gutierrez. Toda a implantação do Parque e sua manutenção por 15 anos e a construção de um hotel, do Centro Internacional de Transmissão e do Centro Principal de Mídia. Odebrecht e Andrade Gutierrez são empresas envolvidas nos processos da Lava Jato, que investiga crimes de corrupção que envolvem também a Petrobrás. O Complexo Ilha Pura, que funcionou como Vila dos Atletas, é formado por 31 torres residenciais e foi construído pelas

construtoras Carvalho Hosken e Odebrecht. Anunciado como alojamento mais luxuoso na história dos Jogos, inúmeras foram as queixas das delegações esportivas sobre problemas estruturais existentes nos edifícios. O empreendimento obteve financiamento de 2,4 bilhões de reais da Caixa Econômica Federal, com previsão de entrega dos apartamentos aos novos proprietários depois da conclusão do megaevento. No entanto, até o fim de 2017, foram vendidas somente 240 unidades dos mais de 3 mil apartamentos disponíveis. A grave crise econômica do Estado do Rio de Janeiro contribuiu para a estagnação do setor imobiliário, após um período de supervalorização impulsionado pelos Jogos Olímpicos.

Com a realização da Rio 2016, esperava-se no pós-jogos, um grande centro esportivo como um legado, como a Prefeitura do Rio propagou, que o local receberia quatro escolas públicas em uma de suas arenas, as mesmas seriam um convite ao desenvolvimento dos esportes olímpicos no local. Após os jogos, tudo parece indicar que a carruagem virou abóbora, que o local está prestes a virar uma ruína. Nelson Brissac Peixoto nos lembra, em *Cenários em Ruínas A realidade Imaginária Contemporânea*, editora Brasiliense, 1987, “que ruínas são o que foi deixado para trás”, entendo assim, que a visita feita por mim, em 2018, e as imagens que fiz, contribuem para, neste momento em que vive o Rio de Janeiro, em sua recente crise política e financeira, mostrar que a paisagem do Parque está a ponto de desaparecer, silenciosa e nostálgica.

Em uma quinta-feira de setembro de 2018, resolvi fazer uma visita etnográfica, tomei um ônibus na rua Conde de Bonfim e segui em direção à Barra da Tijuca, subindo o Alto da Boa Vista. Da Tijuca, zona Norte, até o bairro Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca, zona Oeste, foram 35 minutos. De lá peguei o BRT e segui até o terminal rodoviário Alvorada, em aproximadamente 15 minutos. No terminal, peguei outra linha e segui até o Parque Olímpico, em Jacarepaguá. Mais 25 minutos, até descer no ponto próximo à entrada do Parque.

Juntei minhas memórias dos 15 dias em que fazia este percurso, no mesmo horário, perto das 11h da manhã, em 2016, onde trabalhei como um dos editores de fotografia do site Rio2016, durante o megaevento Olimpíadas Rio 2016. A movimentação era então grande, diversas competições e muitos turistas assistindo 16 modalidades no Parque. Reservei um dia durante os jogos para conhecer os arredores do Parque. Munido de uma câmera digital profissional (Canon 5D) e minha “credencial olímpica”, não fui perturbado pelo forte esquema de segurança local. No mesmo dia, visitei ainda o que

sobrou da Vila Autódromo. Uma das famílias que ali morava havia resistido às remoções, não arredou os pés do local, mesmo com todo o tipo de coerção da Prefeitura do Rio e uma violenta repressão aos resistentes, na época das demolições, em 2012. Um grave processo de gentrificação, com a remoção dos moradores na Vila Autódromo. Assim, os caminhos para a construção do condomínio Ilha Pura, local usado para abrigar os atletas, a vila olímpica, com mais de 3400 apartamentos de luxo, construído pela Carvalho Hosken, hoje amarga pouco mais de 240 unidades vendidas.

Após editar as fotos da festa de encerramento dos Jogos Olímpicos de 2016, transmitidas do Estádio do Maracanã, tarefa que realizava todos os dias, no centro de mídia da Rio2016, durante a realização dos Jogos, não parava de pensar no que poderia acontecer com aquele espaço de 116 hectares quando os Jogos terminassem? Como seria o uso daquelas arenas? Como manteriam o Parque? Com que recursos?

O Rio de Janeiro sofria uma grave crise financeira. Quando faltava menos de 50 dias para cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos, com a chegada de delegações na Cidade, o governador em exercício, Francisco Dornelles publica no Diário Oficial, Estado de Calamidade Pública, falência financeira no Rio de Janeiro, 17/06/2016. Entre as razões citadas para a decisão estão a queda na arrecadação com o ICMS e os *royalties* do petróleo, a dificuldade do Estado em honrar suas dívidas relacionadas aos Jogos Olímpicos e problemas na prestação de serviços essenciais, como segurança pública, saúde, educação e mobilidade.

A fotografia feita pra contar é aquela que visa especificamente a integrar o discurso de apresentação das conclusões da pesquisa, somando-se às demais do corpus fotográfico e funcionando sobretudo na descrição e interpretação dos fenômenos estudados (GURAN, 2002, p. 106).

No Parque Olímpico, debaixo de um Sol de mais de meio-dia, de uma quinta-feira, podia-se contar nos dedos quantas pessoas havia no local. Um vazio acompanhado por um vento e o som dos pássaros que contrastava com a efervescência e a movimentação das pessoas ali dois anos antes. Logo de início, observava que o Velódromo, a Arena 1 e a Arena 2, situados do lado esquerdo de quem entra no Parque, estavam fechados. Do lado direito, o Centro de Tênis, onde foram disputadas as partidas desse esporte, via-se uma pequena movimentação de funcionários de limpeza. Chegando na Arena 3, um acesso aberto. Quando entrei na instalação notei que alguns equipamentos de ginástica olímpica e os tatames ainda estavam lá. Não havia mais arquibancadas, todavia, avistei

três pessoas com roupas esportivas e alguns funcionários que cuidavam também da limpeza ou manutenção.

Na Arena Carioca 3, havia uma placa que indicava que o SESI (Serviço Social da Indústria) havia feito uma parceria para administração do local. As confederações de basquete e *wrestling* usam atualmente as instalações para receber projetos sociais, como o dos irmãos Nogueira, ícones do MMA, e de judocas vinculados ao Instituto Reação. A judoca Rafaela Silva treina na Arena 2, onde dois anos antes saiu medalhista olímpica de ouro em sua categoria.

Projetos tímidos para a grandiosidade do local e, potencializar ações que possam manter efetivamente “um legado olímpico”. A Arena do Futuro, que após os Jogos, o projeto era abrigar 4 escolas públicas, também estava fechada. O Parque Aquático só mantinha a estrutura, sem a piscina. Continuei a caminhada observando o lado esquerdo, um grande espaço vazio, que nos Jogos foi usado com uma enorme tenda ao fundo com lojas e lanchonetes. O vento assobiando entre os espaços de circulação, vindo da Lagoa de Jacarepaguá, com o vazio local e pouquíssimas pessoas se aventurando num passeio de bicicleta, avisto o letreiro RIOCIDADEOLIMPICA, que antes estava na Praça Mauá, na entrada do Porto Maravilha.

Ao centro do Parque, uma novidade pós-Jogos – O Muro dos Campeões - placas de ferro curvadas que fixavam réplicas das medalhas de ouro, prata e bronze. Em cada medalha, a inicial do país, nome do atleta e a modalidade. A disposição dos muros em chapa de bronze, paralelos entre si, permitia que se circulasse entre eles. Notei que já era hora da minha visita terminar. Na saída, bem na porta, um guarda municipal, usando bermudas e óculos escuros reclamava do abandono, dizia que tudo estava fechado para os visitantes, que o local era usado até para festas particulares de casamento. O guarda parecia irritado em não poder fazer nada de interessante, nem mesmo controlar a entrada dos visitantes.

Pude constatar na visita de pouco mais de uma hora, uma sensação de abandono do local e do pouco uso que se faz do espaço atualmente. O horário do almoço poderia ser uma desculpa para não ter muito movimento, mas dois anos após o megaevento, não existe justificativa para o não funcionamento das instalações. As perguntas que fiz no meu último dia de trabalho nos Jogos ainda estão sem uma efetiva resposta das autoridades e parceiros que estão administrando o parque.

Na vizinhança, o Comitê Olímpico do Brasil, administra o Parque Aquático Maria Lenk, a Concessionária Rio Mais, a área em que é realizado o Rock in Rio, o Governo Federal (AGLO), Autoridade de Governança do Legado Olímpico, fica com o Velódromo, que sofreu dois incêndios no teto, causados por balões, no ano de 2017. Foi a última instalação entregue para os Jogos, com um custo total de R\$ 143 milhões de reais. Centro Olímpico de Tênis e Arenas Carioca 1 e 2. A Prefeitura do Rio, por sua vez, atende Arena Carioca 3, Centro Aquático e Arena do Futuro. O Parque dos Atletas, local destinado como área de lazer dos atletas e, posteriormente aos Jogos, um legado para os moradores da região usarem, está abandonado. O local de 150 mil metros quadrados recebeu importantes eventos da Cidade. Em 2011 e 2013, foi palco do Rock in Rio. Em 2012, serviu de apoio à Rio+20, a conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável.

No dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de 2016, publicado em 2009, em suas 300 páginas da versão em português, a palavra legado é repetida mais de 200 vezes. A palavra legado remete, quase sempre, ao sentido de herança, podendo ser associado à uma ideia de resultado favorável, positivo. A recente crise sofrida no Rio de Janeiro, pós-jogos, incluindo a Copa de 2014, não conduz à nenhum legado positivo. Basta perceber que nenhuma instância dos entes federativos foi capaz de administrar o Parque Olímpico. Acima expliquei esta divisão. Parece evidente, que os valores da marca olímpica ou futebolística é manter satisfeitos os patrocinadores e as redes de transmissão televisiva.

De fato, o discurso do legado conseguiu, por algum tempo, garantir os interesses de setores hegemônicos, viabilizando a reprodução da acumulação em diferentes escalas do âmbito nacional e internacional e ao mesmo tempo o consenso que viabiliza o pacto de poder vigente na convergência entre a produção do espetáculo esportivo e a produção da cidade (OLIVEIRA, 2016, p.119).

Com as manifestações a partir dos protestos de Junho de 2013, que tomaram as ruas das principais cidades brasileiras, por ocasião da Copa das Confederações (evento teste da Copa de 2014), no país. “Copa ou Olimpíadas para quem?” reivindicações do tipo “Queremos educação e saúde nos padrões FIFA”. Bandeiras que desafiaram os “executivos” da cidade-empresa. A pergunta da retórica é: Cadê o legado olímpico? Em ruínas?

A política carioca e seus ex-governadores presos.

Ao iniciar estas linhas, a Cidade do Rio de Janeiro enfrentou uma forte chuva, a terceira, em menos de dois meses. Os meios de comunicação exibiram imagens da destruição de parte dos bairros da Zona Sul, Botafogo, Leme e Jardim Botânico. O ano de 2019 iniciou com dois momentos nestas chuvas. A primeira foi a que derrubou um barranco na Avenida Niemeyer, onde uma pessoa morreu soterrada dentro de um ônibus, destruiu casas no Vidigal e na Rocinha, inundou bairros da Zona Sul, tais como Botafogo e Jardim Botânico. Eu saía da casa dos meus filhos no Jardim Botânico, a chuva era intensa e começou a alagar tudo no bairro. Quando ela estiou consegui chegar num ponto de ônibus e seguir para a Tijuca, Zona Norte. O percurso é simples, um ônibus até a estação do metrô de Botafogo para chegar na estação Uruguai, na Tijuca. Em dias normais um cidadão faz este percurso em 40 minutos. Mas a noite foi longa e, chegar em Botafogo, durou mais de uma hora, o mesmo tempo até à Tijuca. Árvores caíram, faltou luz e os bueiros de águas pluviais entupidos de lixo e ligações irregulares de esgoto. Avistei minha atual rua Dona Mariana, em Botafogo, que estava parecendo um rio. Entendi que na próxima chuva iria passar pelos mesmos problemas.

Durante o Carnaval carioca, uma forte chuva adiou desfiles no Sambódromo e voltou a inundar bairros. Em Botafogo vi minha rua banhada de água suja e muito lixo. Mas não foi uma chuva tão forte. As chuvas do dia 9 de abril deste ano, não só demonstraram a fragilidade da administração municipal carioca, que não consegue cuidar das pessoas, dos bueiros, do lixo urbano e os demais problemas mais complexos de uma grande metrópole. Meu filho, Pedro, de 7 anos ficou preso dentro da van escolar por 2h45 minutos, na rua vizinha onde mora, no bairro do Jardim Botânico, na Zona Sul. Bairros da periferia também foram afetados, na Zona Oeste, um lote irregular ocupado, chamado Rio das Pedras, foi inundado. Ali perto, dois dias depois do caos em que se transformou a cidade, um prédio desaba na Zona Oeste, na comunidade da Muzema, com a confirmação de 24 mortos debaixo dos escombros. A região é dominada por milicianos, organização criminosa que controla serviços de luz, gás, televisão a cabo e serviços de internet na localidade, e fez a grilagem dos terrenos. O tempo todo a imprensa empareda o prefeito Marcelo Crivella, que mostra toda sua negligência no trato com a administração da Cidade do Rio de Janeiro. O governo do Estado parece ignorar problemas ainda maiores como o da segurança, o Estado sabe onde estão e quem são os milicianos. O histórico da cidade mostra que desde os primórdios de sua fundação, a cidade de São Sebastião sempre sofreu com seus terrenos alagados e chuvas tropicais. Hoje, na pauta

dos países mais desenvolvidos, o aquecimento global preocupa administradores, os urbanistas e os cidadãos. Tempestades, furacões, entre outros fenômenos naturais causam sérios danos às metrópoles. A natureza não escolhe a cor ou o dinheiro das nações.

O professor de urbanismo Richard Sennett, da *London School of Economics e em Havard* aponta no livro *Habitar e Construir*:

A falta d'água é a ameaça de longo prazo das mudanças climáticas globais, à medida que os lençóis aquíferos secam e o ciclo hidrológico se altera. O excesso de água se transforma numa força maligna a curto prazo em virtude das tempestades imprevisíveis e do escoamento da água (SENNETT, 2018, p. 304).

O Rio de Janeiro, nos últimos 8 anos, recebeu e sediou dois megaeventos, a Copa do Mundo de 2014, o chamado evento teste, Copa das Confederações, 2013, e em 2016 os Jogos Olímpicos. Os investimentos gastos com a realização de todos estes eventos deixaram uma dívida pública de mais de 17 bilhões de Reais, no período que corresponde os anos de 2006 até 2016. Por este aspecto podemos dialogar com o texto do Sennett:

Os projetos que rompem com a malha urbana existente tendem a favorecer o exercício do poder, especialmente as estruturas públicas simbólicas tão caras aos políticos – estádios olímpicos, museus de arte, aquários (que estiveram muito na moda alguns anos atrás). Um aquário não tem grande valor para uma escola que luta para encontrar recursos para a compra de livros. O apelo do crescimento pelo acréscimo é assim fortalecido, pois ele pode parecer um desenvolvimento de baixo para cima em cidades governadas de cima para baixo (SENNETT, 2018, p. 312).

A crise política e econômica que atinge o Estado do Rio de Janeiro parece não ter fim. No dia 28 de novembro de 2018, o ex-governador Luiz Fernando Pezão é preso no Palácio Laranjeiras, faltando um mês para completar seu mandato. Em 2017, operação Lava Jato condenou o ex-governador Sérgio Cabral, que responde por mais de 20 processos, e diversos secretários estaduais à prisão. No mesmo ano, o ex-governador Anthony Garotinho também é levado para Bangu 8. Espetacularizações da referida operação podem e devem ser criticadas, mas os fatos apontam que um esquema de benesses ganhou forma a partir da eleição de Sérgio Cabral em 2006, abraçado por deputados estaduais e políticos aliados na Assembleia Legislativa. O poderoso presidente da Assembleia Legislativa, Jorge Picciani, no final de 2017, encontra-se também preso com mais dois colegas parlamentares, na prisão de Benfica, recém reformada na gestão do governador Fernando Pezão, do mesmo partido político de seus companheiros presos.

O Jornal El País noticiava a prisão de Pezão, destacando no título que: Prisão de Pezão retrata mais um capítulo de um Rio em decadência. A matéria conta que o ex-

governador foi acusado por um delator, de receber 150.000 reais entre 2007 e 2014. Segundo a Procuradoria Geral da República, o total de 40 milhões de propina fazia parte de taxas pagas pelas empresas para obter os mais variados tipos de contratos públicos. Lembrando uma fileira de peças do jogo de dominó, três semanas antes dez deputados estaduais também foram presos. As denúncias chegaram aos outros poderes, levaram para cadeia os conselheiros do Tribunal de Contas do Rio, o procurador de Justiça do Estado, Cláudio Lopes.

Os últimos 10 anos da coalisão vencedora das eleições no Rio de Janeiro, com a realização dos megaeventos e o conjunto das obras, citadas aqui, parecem ruir como castelos de areia feitos na beira do mar. Se em 2010 a presidenta da comissão de coordenação dos Jogos Olímpicos de 2016, atleta marroquina Nawal El Moutawakel ficou emocionada com as crianças tocando violino, a música “Brasileirinho”, no alto da favela Santa Marta, em Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro, representantes dos moradores locais pediam água, em falta no local. Constrangido, conta a reportagem do El Pais, que Sérgio Cabral tirou a marroquina do local. Dois meses antes, a cantora Madonna, também ao lado de Cabral, visitou Santa Marta.

Toda a montagem destes megaeventos foram frutos de muitas parcerias público privadas e, segundo investigações da Lava Jato, denúncias de corrupção e lavagem de dinheiro foi a tônica dos bastidores da Copa 2014 e Rio2016. Mas a ruína administrativa do Rio de Janeiro, sabemos, não é exclusividade da corrupção dos principais políticos apontados na Lava Jato. O Estado perdeu, com decisões erradas dos governadores Cabral e Pezão, 21% do total das receitas, o que é muito. Além da acentuada queda dos royalties do petróleo e da arrecadação do ICMS estadual.

Conclusão

Em 1961, o Rio de Janeiro perdeu o título de capital para Brasília, a Cidade Maravilhosa, cantada, fotografada e filmada, esconde em sua marca e beleza, diversos problemas sociais, desemprego, moradia, saúde, educação etc. Castigada por escolhas governamentais equivocadas, que não seguiu um padrão copiado de países, com um histórico de resolução de políticas de bem estar social, caso da Espanha, citado aqui, o caso dos administradores catalães contratados pela Prefeitura para ajudar o Rio a tornar-se uma Barcelona, nas palavras de Carlos Vainer.

As fotografias que vão ser apresentadas nesta pesquisa condizem com os fatos apresentados, mostram a manutenção dos novos equipamentos urbanos da região portuária e sua baixa ocupação mobiliária. O desuso do Parque Olímpico, com dívidas e problemas de conservação. Os políticos/administradores, encarcerados, por seus equívocos e atos ilícitos, a cidade de exceção.

Referências bibliográficas

- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**: Obras escolhidas. Brasiliense, 2017.
- BRISSAC PEIXOTO, Nelson. **Cenários em ruínas**. A realidade imaginária contemporânea. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. Studio Nobel, 1993.
- FREITAS, Ricardo Ferreira Da cidade espetáculo para a cidade-mercadoria A comunicação urbana e a construção da marca Rio. **Revista do programa de pós-graduação em Comunicação da UFRJ**
- FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- HARVEY, David. **A produção do capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- _____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- PECHMAN, Robert M. **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992.
- SENNETT, Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de sociologia e política**, n. 16, 2001.
- VAINER, Carlos B. Cidade de Exceção: Reflexões a Partir do Rio de Janeiro. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano, 14., 2011. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.
- _____. **Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas / organização Carlos Vainer ...[et al.]**. -1ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.